

3º simulado - XXVIII Exame de Ordem 2019

Nome: _____

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada na 1ª fase do XXVIII Exame de Ordem da OAB;
- 2 – A prova contém **80 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora do certame, a FGV;
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – Depois que você finalizar as questões, acesse a página principal do site do Estratégia Concursos. Lá, terá um artigo contendo um link para você preencher o seu gabarito no formulário;
- 7 – **O formulário para o preenchimento do Gabarito ficará disponível a partir das 10h30**, após duas horas de prova;
- 8 – Preencha com cuidado as respostas e aguarde o sistema processar a sua Nota Final no simulado.
- 9 – Nosso sistema tem um prazo e o fechamento do Gabarito Eletrônico. Por isso, você só tem até às 13h para preencher o formulário e participar do Ranking;
- 10 – O Ranking Classificatório com os resultados será divulgado após o início da Correção do Simulado.
- 11 - **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

CARTÃO DE RESPOSTAS

1	A	B	C	D	21	A	B	C	D	41	A	B	C	D	61	A	B	C	D
2	A	B	C	D	22	A	B	C	D	42	A	B	C	D	62	A	B	C	D
3	A	B	C	D	23	A	B	C	D	43	A	B	C	D	63	A	B	C	D
4	A	B	C	D	24	A	B	C	D	44	A	B	C	D	64	A	B	C	D
5	A	B	C	D	25	A	B	C	D	45	A	B	C	D	65	A	B	C	D
6	A	B	C	D	26	A	B	C	D	46	A	B	C	D	66	A	B	C	D
7	A	B	C	D	27	A	B	C	D	47	A	B	C	D	67	A	B	C	D
8	A	B	C	D	28	A	B	C	D	48	A	B	C	D	68	A	B	C	D
9	A	B	C	D	29	A	B	C	D	49	A	B	C	D	69	A	B	C	D
10	A	B	C	D	30	A	B	C	D	50	A	B	C	D	70	A	B	C	D
11	A	B	C	D	31	A	B	C	D	51	A	B	C	D	71	A	B	C	D
12	A	B	C	D	32	A	B	C	D	52	A	B	C	D	72	A	B	C	D
13	A	B	C	D	33	A	B	C	D	53	A	B	C	D	73	A	B	C	D
14	A	B	C	D	34	A	B	C	D	54	A	B	C	D	74	A	B	C	D
15	A	B	C	D	35	A	B	C	D	55	A	B	C	D	75	A	B	C	D
16	A	B	C	D	36	A	B	C	D	56	A	B	C	D	76	A	B	C	D
17	A	B	C	D	37	A	B	C	D	57	A	B	C	D	77	A	B	C	D
18	A	B	C	D	38	A	B	C	D	58	A	B	C	D	78	A	B	C	D
19	A	B	C	D	39	A	B	C	D	59	A	B	C	D	79	A	B	C	D
20	A	B	C	D	40	A	B	C	D	60	A	B	C	D	80	A	B	C	D

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB****Questão 1**

Considere que Ricardo Vale é gerente do Banco Milionários S.A. Igor Maciel é prefeito de Teresina (PI), sendo o mais votado na história do município. Diego Cerqueira é policial militar no Rio de Janeiro e integra o BOPE. Os três são advogados e pretendem praticar atividades privativas de advocacia.

Considerando as incompatibilidades e impedimentos ao exercício da advocacia, assinale a opção correta.

- A) Não há impedimentos ou incompatibilidades para que Ricardo Vale continue na gerência no Banco Milionários S.A. e ainda continue advogando.
- B) Diego Cerqueira, como PM, ou seja, servidor público, pode advogar, apenas estando impedido de exercer a advocacia contra o Estado.
- C) Ricardo Vale, Igor Maciel e Diego Cerqueira, de acordo com o Estatuto da Advocacia, exercem funções incompatíveis com a advocacia.
- D) Não há impedimento para Igor Maciel atuar como advogado, uma vez que ser chefe do Poder Executivo Municipal não é considerado atividade incompatível com a advocacia. Seria caso de incompatibilidade se Igor Maciel fosse chefe do Poder Executivo Federal, apenas.

Questão 2

O famoso advogado Paulo Sousa, sócio de renomado escritório de advocacia em Brasília viola, sem justa causa, sigilo profissional. Neste caso, Paulo cometeu infração disciplinar, sujeitando-se à sanção

- A) de censura.
- B) de suspensão.
- C) de advertência.
- D) de exclusão.

Questão 3

Priscila advogada renomada na área Trabalhista, aproveitando o feriadão de Carnaval viajou para Orlando nos Estados Unidos no intuito de conhecer a Disney. Durante esse período, instalou-se situação que demandaria a tomada de medidas judiciais urgentes e inadiáveis por parte de Priscila em uma das causas em que atua como advogada no Estado de São Paulo. O cliente de Priscila procurou outro advogado chamado Noberto para que a medida judicial urgente e necessária fosse tomada. Noberto não conseguiu entrar em contato com Priscila para avisar que atuaria na causa em que ela estava constituída. Neste caso, de acordo com as normas Estatutárias:

- A) Noberto não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste,

salvo por motivo plenamente justificável ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis.

B) Noberto poderia ter atuado na causa, ainda que não houvesse providência urgente e inadiável a tomar.

C) Noberto não poderia ter atuado na causa, pois o advogado não pode aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído.

D) Noberto não poderia atuar na causa e neste caso sofrerá a sanção de censura, que pode ser convertida em advertência, em ofício reservado, sem registro nos assentamentos do inscrito, quando presente circunstância atenuante.

Questão 4

O advogado Merval Canabrava é assíduo frequentador de casas de jogos de azar. Após chegar embriagado com habitualidade ao trabalho, acabou sendo demitido do escritório de advocacia em que trabalhava como advogado especializado em Direito de Família. Neste caso, de acordo com as regras Estatutárias, Merval, por manter conduta incompatível com a advocacia, poderá sofrer sanção disciplinar de:

- A) Censura
- B) Suspensão
- C) Exclusão
- D) Multa

Questão 5

Em 15/2/2019, Zé Silva, advogado, notificou pessoalmente seu cliente da renúncia ao mandato outorgado nos autos de ação cível, pelo rito ordinário, ajuizada pela União. O Diário de Justiça de 18/2/2019 publicou a intimação para que as partes especificassem provas que desejavam produzir. Considerando a situação hipotética acima e o que dispõe o Estatuto da Advocacia, assinale a opção correta.

- A) Zé Silva deverá apresentar petição de especificação de provas na hipótese de seu cliente não ter constituído novo advogado nos autos.
- B) Zé Silva deverá comunicar ao seu cliente da publicação da intimação para que ele providencie outro advogado para cumpri-la.
- C) O juiz deve reabrir o prazo para especificação de provas porque uma das partes estava sem advogado nos autos.
- D) O cliente pode se dirigir diretamente ao juiz e informar as provas que pretende produzir, juntando aos autos a notificação de renúncia de seu advogado.

Questão 6

Maria Chiquinha procura advogado com intuito de obter informações acerca das hipóteses em que poderá demandar em juízo sem a necessária representação /

assistência de um advogado. Neste sentido, o advogado, Pedro Bó, lhe informa que: Dentre outras hipóteses legais, prescinde-se da constituição de advogado regularmente inscrito na OAB para o ajuizamento de ação na 1.ª instância da Justiça do Trabalho, nos recursos de competência do TRT (Justiça do Trabalho), ação, no valor de até vinte salários mínimos, no juizado especial cível,

A) mandado de segurança e ação, no valor de até quarenta salários mínimos, no juizado especial federal cível.

B) *habeas corpus* e Revisão Criminal.

C) *habeas corpus* e mandado de segurança.

D) *habeas corpus* e ação, no valor de até sessenta salários mínimos, no juizado especial federal cível.

Questão 7

Paulo Souza, advogado e recém-formado, objetiva melhor conhecer os seus direitos e prerrogativas, e opta por lhe consultar a fim de entender os pormenores envolvidos no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Diante de tal situação, assinale a alternativa correta acerca dos direitos do advogado:

A) Trata-se de um direito do advogado a comunicação com seus clientes, pessoal e reservadamente, caso possua procuração, e estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.

B) É direito do advogado examinar em qualquer repartição policial, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de inquérito, findos ou em andamento, quando não conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos.

C) Refere-se a um direito do advogado, o ingresso livre em qualquer assembleia ou reunião de que participe ou possa participar o seu cliente, ou perante a qual este deva comparecer, desde que munido de poderes especiais.

D) É direito do advogado não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas e, na sua falta, em prisão domiciliar.

Questão 8

Sandy Lima ajuizou ação de cobrança em face de Wanessa Camargo, visando o recebimento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que tinham sido emprestados pela primeira a segunda. Após a devida instrução processual, Sandy obteve completo êxito na demanda proposta, o que alegrou imensamente a sua advogada, recém-formada, Zilu Camargo.

No entanto, mesmo após o trânsito em julgado da ação, Sandy ainda não realizou o pagamento dos honorários advocatícios de sua advogada.

Assim, caso Zilu tenha a intenção de propor ação de cobrança de honorários, o prazo prescricional para tal demanda será de

A) 01 ano.

B) 02 anos.

C) 03 anos.

D) 05 anos.

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

Confira a tira abaixo (Ilustração de Caetano Cury, extraída de <http://www.teoeominimundo.com.br>) e analise as assertivas, indicando a CORRETA.



A) Para os Sofistas, como Diógenes, o certo pode ser gerado pela maiêutica, sendo absoluto.

B) Para Sócrates, a coisa certa a fazer é sempre relativa.

C) Para Platão, o correto é obtido pelos sentidos, pela observação.

D) Para Aristóteles, aprendemos o que é certo durante nossas vidas, por nossas experiências.

Questão 10

Sobre a teoria kelseniana, considere as assertivas abaixo e marque a correta:

A) A análise realizada pelo plano do deve se dar com base na validade e, incidentalmente eficácia.

B) A autonomia do direito como ciência seria obtida ao aproximá-lo da metodologia das demais ciências sociais.

C) A justiça é um dado, podendo-se obter uma certeza a seu respeito por meio da positividade.

D) Kelsen admitia que o direito não possuía universalidade e é por isso que o exame jurídico deveria recair sobre o conteúdo de cada ordenamento positivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

No exercício de 2018, após regular tramitação da proposta de Emenda Constitucional nº. 123, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram a reforma do texto da Constituição, tendo o Presidente do Congresso Nacional encaminhado o instrumento ao Presidente da República, que prontamente sancionou e promulgou a Emenda. Diante da conduta do Chefe do Executivo e, entendendo que o processo legislativo em questão violou preceito Constitucional, Partido Político "Brasil para todos" solicitou que o Supremo Tribunal Federal analisasse a existência de vício formal na referida Emenda. De acordo como a CRFB/88, é possível afirmar que o Partido Político:

- A) possui razão, já que a atuação do Presidente da República deveria se limitar à sanção, competindo ao Presidente do Senado Federal a promulgação da referida Emenda;
- B) possui razão, já que a atuação do Presidente da República deveria se limitar à promulgação do texto, não havendo espaço para sanção ou veto;
- C) possui razão, já que a Emenda em questão deveria ter sido promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado Federal, sem qualquer participação do Presidente da República;
- D) não possui razão, já que o processo legislativo que culminou com a promulgação da Emenda foi plenamente regular, não apresentando vício formal.

Questão 12

Diante do requerimento de 1/3 da Câmara dos Deputados, no exercício de 2019 foi instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar denúncias de irregularidades nos termos de compromisso ambiental (TCA) e nas licenças de operação firmados por uma grande empresa no ramo da mineração. O objetivo da CPI era apurar se os instrumentos atendiam ao interesse público e as normas de proteção ao meio ambiente. Ocorre, todavia, que se constatou que o inquérito legislativo ocorreu por tempo indeterminado, além da comissão parlamentar atuar com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Nessa seara, entendendo que a criação da referida CPI violou valores constitucionais, o Partido Político "Brasil Plural" solicitou de você, na qualidade de advogado constitucionalista, que emitisse um parecer jurídico sobre o caso. Isto posto, é possível afirmar que:

- A) apenas o objeto e o prazo de funcionamento da CPI são irregulares;
- B) apenas os poderes de investigação da CPI e o quórum de criação são irregulares;
- C) apenas o prazo de funcionamento da CPI é irregular;
- D) apenas o objeto da CPI apresenta irregularidade;

Questão 13

O Procurador-Geral da República, diante da Lei Estadual nº. 456/1984, que violou flagrantemente dispositivo da Constituição no tema da liberdade de expressão e da liberdade da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF para discutir o caso. À luz da sistemática constitucional, é possível afirmar que:

- A) O Supremo poderá conhecer a ADI como se ADPF fosse, em razão do chamado princípio da fungibilidade;
- B) O STF poderá examinar a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº. 456 em sede de ADI, uma vez que a norma estadual poderá ser objeto desta ação. Além do mais, o parâmetro é um direito fundamental previsto na Constituição de 1988;
- C) O PGR não tem legitimidade em tese para propor as ações de controle abstrato;

D) Em relação às decisões de mérito proferidas pelo STF em sede de controle abstrato, pode-se afirmar a existência de efeitos vinculantes em relação ao próprio Supremo Tribunal, aos demais órgãos do Poder Judiciário, a toda Administração Pública, bem como em relação ao Poder Legislativo.

Questão 14

Determinado Município Beta, situado no Estado X, tem enfrentado ao longo dos últimos meses uma grave crise de instabilidade político-social. Isso se deve aos diversos problemas na área da segurança pública, gerados em grande parte pela falta de estrutura do Estado no combate ao crime organizado. Nos últimos dias, um novo problema surgiu com facções rivais, o que agravou a situação e a sensação de medo e pânico por parte da população local. Nesse sentido, à luz da sistemática constitucional, assinale a alternativa correta:

- A) A União ou o Estado X podem intervir no Município Beta, com o fim de restabelecer a ordem pública gravemente comprometida;
- B) O Estado X pode intervir no Município Beta, com o propósito de fazer cessar ameaça à segurança pública e à ordem constitucional estabelecida;
- C) A União pode intervir no Estado X para pôr fim ao grave comprometimento da ordem pública. No entanto, o Estado X não pode intervir no Município Beta nessa hipótese;
- D) A União pode intervir no Município Beta para o restabelecimento da ordem pública gravemente comprometida, devendo submeter o decreto de intervenção à apreciação do Congresso Nacional.

Questão 15

O Governador do Estado GAMA, ao tomar conhecimento de que o Supremo Tribunal havia declarado a inconstitucionalidade da Lei nº. 123 do seu Estado, decidiu ajuizar duas ações diretas de inconstitucionalidade de leis semelhantes, dos Estados ALFA e BETA. Essas ações foram ajuizadas perante o Supremo Tribunal Federal e as leis questionadas não guardam qualquer correlação com o Estado GAMA. De acordo com entendimento Constitucional, o Governador:

- A) não tem legitimidade em tese para ajuizar ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal;
- B) deve demonstrar a relevância da matéria para o Estado GAMA visando que a legitimidade ativa seja reconhecida;
- C) somente tem legitimidade para ajuizar ações diretas de inconstitucionalidade contra leis do Estado GAMA;
- D) tem legitimidade universal para ajuizar ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Questão 16

Após a promulgação de uma nova Constituição em 2035, muitos estudantes de direito se questionaram qual seria

o destino dado às normas contidas na ordem jurídica anterior, tendo em vista que as temáticas não foram contempladas pelo novo texto constitucional. Preocupados com uma possível lacuna normativa, os alunos resolvem procurar o experiente professor de Direito Constitucional Ricardo, a fim de sanar a dúvida existente. O professor, prontamente, informa aos alunos que, segundo a sistemática jurídica constitucional brasileira:

- A) haverá revogação tácita da ordem constitucional anterior com o advento de uma nova Constituição. A revogação ocorrerá de forma completa e integral, ocasionando a perda de validade do texto anterior;
- B) as temáticas abordadas pela Constituição anterior e não reguladas pela nova Constituição receberão um status supralegal;
- C) as normas da Constituição anterior que forem materialmente compatíveis com a nova Constituição serão recepcionadas pelo novo texto constitucional;
- D) as matérias tratadas pela Constituição pretérita e não reguladas pela nova Constituição serão por esta recepcionadas.

Questão 17

Em palestra realizada no VII Simpósio de Direito Constitucional atual, a professora Priscila fez uma explanação acerca das normas compõe o processo legislativo, à luz da Constituição Federal de 1988. Nessa seara, abordou de forma contextualizada o uso das Medidas provisórias pelo chefe do Poder Executivo e os limites impostos pelo legislador constituinte. Assinale a alternativa correta.

- A) Haverá perda da eficácia da Medida Provisória desde a sua edição se a mesma não for convertida em lei no prazo de sessenta dias, prorrogáveis por uma vez, devendo então o Congresso Nacional disciplinar por meio de resolução as relações jurídicas delas decorrentes;
- B) Se durante o prazo de 45 dias da publicação da Medida Provisória esta não for apreciada pelo Legislativo, haverá o sobrestamento da deliberação dos projetos de emenda à Constituição, podendo as demais matérias serem deliberadas;
- C) A edição de uma Medida Provisória torna prejudicado um projeto de lei que disciplina o mesmo assunto e que, embora já esteja aprovado pelo Congresso Nacional, ainda está pendente de sanção ou veto do Presidente da República;
- D) Caso haja perda da eficácia da Medida Provisória por decurso de prazo, ou em caráter expresso tenha sido ela rejeitada pelo Congresso Nacional, será vedada sua reedição na mesma sessão legislativa.

DIREITOS HUMANOS

Questão 18

No contexto do continente americano, as tendências internacionais de proteção aos direitos humanos resultaram na proposição pela Organização dos Estados

Americanos - OEA, em 1948, da Carta da Organização dos Estados Americanos, que culminou na aprovação da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem. Essa Declaração, aprovada 10 meses antes daquela firmada na Assembléia das Nações Unidas, foi de fato o primeiro instrumento de relevo no campo da proteção internacional dos direitos humanos.

Aceitar petições apresentadas por qualquer pessoa ou grupo de pessoas, que contenham denúncias ou queixas de violação do Pacto de São José da Costa Rica por um Estado-Parte, é competência específica da(dos):

- A) Corte do Pacto de São José da Costa Rica.
- B) Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- C) Assembléia de magistrados ad hoc.
- D) Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Questão 19

No que diz respeito aos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos, assinale a alternativa correta:

- A) O sistema global de direitos humanos é o único sistema internacional consistente, pois compreende um vasto conjunto normativo, a compreender tratados e convenções internacionais gerais específicos.
- B) O sistema global de direitos humanos, concebido no pós-2ª Guerra Mundial, decorre da sensibilização da comunidade internacional quanto às atrocidades perpetradas durante as grandes guerras, que impôs inúmeras violações aos direitos mais básicos de milhares de seres humanos.
- C) Entre os sistemas regionais de direitos humanos temos o MERCOSUL do qual o Brasil faz parte e assume protagonismo na condução dos interesses do bloco.
- D) O sistema regional de direitos humanos é subsidiário, atuando tão somente na ausência de norma interna ou internacional do sistema global.

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

A empresa chinesa XINGLING Constructors Inc. celebrou contrato com a empresa brasileira AVIOTRONICS S.A. O contrato foi celebrado na China, tendo como objeto a prestação de serviços de construção civil, a serem realizados em território brasileiro pela empresa XINGLING Constructors Inc.

No contrato, previu-se cláusula compromissória, estabelecendo que as partes se comprometem a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir relativamente ao contrato.

Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- A) Havendo litígio envolvendo a aplicação do contrato, será competente o Poder Judiciário brasileiro, uma vez que a prestação dos serviços de construção civil se dará no Brasil.
- B) A legislação brasileira será aplicável ao contrato, mas

a questão deverá ser submetida, obrigatoriamente, ao juízo arbitral.

C) A legislação brasileira será aplicável para reger o contrato de prestação de serviços, devendo a questão ser submetida à apreciação da autoridade judiciária brasileira, excluída a participação de qualquer outra.

D) Havendo litígio envolvendo a aplicação do contrato, o juiz não resolverá o mérito, em razão da existência de convenção de arbitragem.

Questão 21

O atual contexto internacional é marcado pelo intenso fluxo de investimentos e mercadorias entre os países. Com isso, cresce a importância da cooperação interestatal, em especial na área econômica.

Organizações internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), tornam-se instituições cada vez mais relevantes para a governança global. Ao mesmo tempo, os Estados buscam o desenvolvimento econômico conjunto por meio da formação de blocos regionais, como, por exemplo, o MERCOSUL e a União Europeia.

Acerca da ordem econômica internacional, assinale a alternativa correta:

A) O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) foram criados em 1994, ao final da Rodada Uruguai.

B) A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi criada ao final da Conferência de Bretton Woods (1944) e tem como uma de suas funções a solução de controvérsias comerciais entre seus membros.

C) O MERCOSUL foi originalmente criado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Em 2012, com a suspensão do Paraguai, ocorreu a adesão da Venezuela ao bloco. Atualmente, o MERCOSUL consiste em uma união aduaneira imperfeita.

D) O Órgão de Apelação pode determinar, por consenso dos membros da OMC, a aplicação de retaliações comerciais contra a parte perdedora de uma disputa comercial.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 22

Objetivando custear despesas relativas a serviços públicos prestados em benefício de toda a sociedade (serviço *uti universi*), o Estado Alfa instituiu um novo imposto, não previsto na Constituição Federal. Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

A) Os Municípios, os Estados, o Distrito Federal e a União não podem instituir impostos não previstos na Constituição Federal.

B) Desde que autorizado pela Constituição Estadual, o Estado Alfa pode instituir o novo imposto.

C) O Estado Alfa pode instituir o novo imposto, desde que autorizado pela União.

D) O Estado Alfa não pode instituir novo imposto não previsto na Constituição Federal, pois somente a União

possui competência residual para a instituição de novos impostos.

Questão 23

A pessoa jurídica ABC é prestadora de serviços de guarda de veículos automotores (estacionamento) e deixou de declarar e recolher o ISS incidente sobre os fatos geradores ocorridos no ano de 2016, quando a alíquota imposto era de 4% e a multa pela falta de declaração e recolhimento do ISS era de 20% sobre o valor do imposto devido e não recolhido. No ano de 2017 o Município credor aprovou lei reduzindo a alíquota do ISS relativo a tal serviço para 3% e reduzindo a multa pela falta de declaração e recolhimento para 10% sobre o valor do imposto devido e não recolhido. No ano de 2018 o referido Município promoveu o lançamento *ex officio* do imposto e autuou a contribuinte pela falta de declaração e recolhimento, exigindo o ISS calculado com base na alíquota de 3% e a multa calculada com base na alíquota de 10%. Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) O lançamento está correto em relação ao imposto e à multa.

B) O lançamento está incorreto tanto em relação ao imposto quanto em relação à multa.

C) O lançamento está correto em relação à multa, mas incorreto em relação ao imposto.

D) O lançamento está correto em relação ao imposto, mas incorreto em relação à multa.

Questão 24

A pessoa jurídica Beta dedica-se à industrialização de bicicletas e foi contemplada com a isenção do IPTU do imóvel utilizado para as suas atividades industriais pelo prazo de 10 (dez) anos, sob a condição de manter no mínimo 50 postos de trabalho ao longo desses 10 (dez) anos. Sobre a hipótese, assinale a opção correta.

A) A isenção poderá ser suprimida por lei, a qualquer tempo, ainda que a contribuinte atenda a condição de manter no mínimo 50 postos de trabalho ao longo dos 10 (dez) anos, pois as isenções não geram direito adquirido.

B) A isenção não poderá ser suprimida no prazo de 10 (dez) anos, acaso a contribuinte cumpra a condição de manter no mínimo 50 postos de trabalho ao longo dos 10 (dez) anos.

C) A isenção poderá ser suprimida por decreto, a qualquer tempo, ainda que a contribuinte atenda a condição de manter no mínimo 50 postos de trabalho ao longo dos 10 (dez) anos, pois as isenções não geram direito adquirido.

D) A isenção não poderá ser suprimida no prazo de 10 (dez) anos, ainda que a contribuinte não cumpra a condição de manter no mínimo 50 postos de trabalho ao longo dos 10 (dez) anos, pois a manutenção de empregos depende de políticas públicas afetas à União.

Questão 25

Carlos recebeu indenização paga por sua empregadora,

por não ter gozado férias em virtude da necessidade do serviço. Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- A) Carlos não pagará imposto de renda, pois o valor recebido tem natureza indenizatória.
- B) Carlos pagará imposto de renda, pois o valor recebido tem natureza salarial.
- C) Carlos não pagará imposto de renda, pois a hipótese é alcançada por regra de imunidade tributária.
- D) Carlos pagará imposto de renda, em homenagem ao princípio da isonomia.

Questão 26

A pessoa jurídica ABC foi notificada da lavratura de uma multa por descumprimento de obrigações acessórias relativas ao ICMS. Por não concordar com a autuação, ingressou, tempestivamente, com a competente impugnação administrativa. Como a decisão administrativa estava demorando muito para ser proferida, e autuada propôs ação anulatória, por meio da qual discutiu matéria idêntica àquela demandada na impugnação administrativa. Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- A) A ação anulatória deve ser suspensa até que seja proferida decisão administrativa definitiva.
- B) A ação anulatória deve ser julgada improcedente, sem análise do mérito, tendo em vista a pendência de decisão administrativa acerca da matéria discutida.
- C) A propositura de ação judicial sobre matéria idêntica àquela demandada na esfera administrativa não implica em desistência à impugnação administrativa.
- D) A concomitância de impugnação administrativa com medida judicial versando sobre matéria idêntica implica em desistência da referida impugnação administrativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

O Estado X decide criar um hospital para tratar doenças de pele, mas não dispõe dos meios e recursos necessários para a construção e manutenção do "Hospital Pele Bonita".

O governador, então, decide firmar uma parceria público-privada para realizar a obra. Para tanto, dispensando a estimativa do fluxo de recursos públicos suficientes para o cumprimento, divulga edital de licitação, na modalidade convite. Nesta oportunidade, sagrou-se vencedor o Consórcio PIC & ARETAS LTDA, que ofertou o menor valor da contraprestação a ser paga pela Administração. Com base nestas informações, responda a alternativa correta:

- A) O Governador atuou corretamente, podendo realizar a parceria público-privada, uma vez que atende aos requisitos dispostos na Lei 11.079/2004.
- B) Por não existir menção expressa da modalidade de licitação pela qual a administração deve contratar, poderia o Governador do Estado X ter contratado na modalidade pregão presencial.

C) O Governador não pode contratar nos moldes elencados, uma vez que para a contratação de parceria pública-privada, não poderá ser dispensada a estimativa do fluxo de recursos públicos suficientes para garantir as obrigações contraídas pela Administração e nem realizar a licitação na modalidade convite.

D) O Governador poderá dispensar a estimativa do fluxo de recursos públicos se assim entender conveniente, utilizando-se do poder da autotutela do Estado, mas não poderia realizar a licitação na modalidade convite.

Questão 28

O Ministro A decide doar um imóvel situado em área de grande movimentação e muito valorizada, para que determinada agência de turismo do Chile construa sua sede no Brasil. Meses depois, o próprio Ministro revoga o ato da doação sob o fundamento de nulidade, em razão de vícios de legalidade.

Com base nestas informações, responda a alternativa correta:

- A) O ministro poderá revogar quaisquer atos que tenha praticado, uma vez que está exercendo o seu poder disciplinar outorgado pela própria função pública.
- B) A doação de bens imóveis pela União é proibida, por expressa vedação legal.
- C) A revogação efetivada pelo Ministro é plenamente válida, uma vez que efetivada dentro dos limites da autotutela do Estado.
- D) O ato de revogação é inválido, uma vez que existindo vícios de legalidade, o ato deveria ter sido anulado.

Questão 29

Diego, constitucionalista primoroso, prestou com muito sucesso concurso público para Auditor da Autarquia Estadual PREVIDEZ, responsável pelo regime de previdência próprio do Estado Z. Alguns anos depois, Diego sagra-se aprovado também em um concurso para Administrador do Banco BEM VIVER, sociedade de economia mista vinculada à Administração Indireta do mesmo Estado Z.

Com base nestas informações, responda a alternativa correta:

- A) Se Diego optar por exercer apenas o emprego na sociedade de economia mista, jamais poderá ter sua remuneração limitada a um teto remuneratório.
- B) Não existe teto remuneratório em nenhuma das duas entidades, podendo o concursado receber salários superiores aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, desde que haja lei regulamentando as verbas.
- C) Em relação ao cargo público em autarquia estadual, poderão ser criadas novas vagas através de decreto do Chefe do Poder Executivo.
- D) Diego não poderá acumular os dois cargos, ainda que exista compatibilidade de horários.

Questão 30

Determinado Município, após delegar um serviço público

a uma concessionária, percebe que esta vem descumprindo repetidas vezes e de forma injustificada várias cláusulas contratuais, prejudicando a execução do objeto do contrato. Com base nas informações elencadas, responda a alternativa correta:

- A) O poder concedente deverá declarar o advento do termo contratual, uma vez que na hipótese apresentada a concessionária já cumpriu com as suas obrigações previstas contratualmente.
- B) Após o devido procedimento administrativo, poderá ser declarada a rescisão do contrato, uma vez que a concessionária descumpriu expressamente obrigações previstas em cláusulas contratuais.
- C) A atuação da concessionária enseja a possibilidade por parte do poder concedente de declarar, após o devido processo administrativo, a caducidade da concessão em razão do descumprimento de obrigações contratuais.
- D) A atuação da concessionária enseja extinção da empresa, devendo o poder concedente esperar o término do contrato para poder reutilizar os bens para a execução do serviço público.

Questão 31

O Município Y, tendo desapropriado um imóvel para instalar a sede da sua prefeitura e necessitando realizar obras de reparo no prédio, instalou em terreno contíguo, de propriedade de João da Silva, o canteiro de obras necessário a realização de tais reparos. Considerando os fatos acima elencados, responda a alternativa correta:

- A) O Município deverá utilizar-se da ocupação temporária, sendo neste caso específico uma intervenção do estado na propriedade que exige indenização ao particular.
- B) Trata-se de hipótese de servidão administrativa, não sendo devido qualquer tipo de indenização a João da Silva, porque fundamentada no interesse público.
- C) O Município utilizou-se do instituto do tombamento, uma vez que a sede da prefeitura pertence ao patrimônio cultural do município, podendo ser utilizados terrenos contíguos para cumprir o objetivo de preservação.
- D) Trata de uma limitação administrativa, podendo o Município, se for interesse do Administrador, indenizar o particular lesado utilizando-se de títulos da dívida pública.

Questão 32

Jason foi condenado a 8 anos de prisão em regime fechado pela morte de Roberto. Em razão disso, Jason foi recolhido a uma penitenciária estadual conhecida por suas instalações precárias, com celas superlotadas e condições insalubres. Recentemente, após uma rebelião que ocorrera dentro do presídio, um colega de cela de Jason o assassinou com 5 facadas no estômago. Jason veio a óbito cerca de 4 horas depois, comprovadamente e causada pela demora do Estado em providenciar atendimento médico ao detento. Diante desta situação fática, na qualidade de advogado consultado, responda a alternativa correta:

- A) Com base na jurisprudência do STF e na Constituição

Federal, poderá o estado ser responsabilizado objetivamente pela morte do detento, uma vez que resta caracterizada a omissão estatal no seu dever de guarda.

B) Não cabe a responsabilização do Estado quanto à morte do detento, em razão de ter ocorrido culpa exclusiva de terceiro.

C) A família do detento poderá ingressar com ação de indenização contra o Estado apenas se puder comprovar que este falhou na prestação do serviço, sendo caracterizada a responsabilidade subjetiva do Estado no caso concreto.

D) O Estado não poderá ser responsabilizado em hipótese alguma, uma vez que réus recolhidos em regime fechado, após o trânsito em julgado da sentença pena condenatória, perdem a condição de sujeitos de direito em decorrência da pena.

DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

Após estudos técnicos e consulta pública, o Governo Federal, por intermédio de um decreto, cria a APA Recanto dos Pássaros. É uma unidade de conservação extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Neste caso, e considerando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, marque a opção correta:

- A) A Área de Proteção Ambiental criada pode ser constituída por terras públicas ou privadas.
- B) É obrigatório que o Plano de Manejo da APA contemple a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.
- C) A APA prescinde de Plano de Manejo.
- D) O Governo Federal não pode criar uma APA por decreto. Neste caso, haveria a necessidade de uma lei federal específica.

Questão 34

O Governo Federal pretende ampliar a oferta de energia nuclear, com a construção de um novo reator para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso Nacional. Sobre o tema, marque a opção correta:

- A) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- B) A responsabilidade civil por danos nucleares depende da existência de culpa.
- C) O licenciamento ambiental da atividade será competência do Município que sediar a usina.
- D) É dispensado o licenciamento ambiental, por ser caso de utilidade pública e ser atividade estratégica para o

Governo Federal. Há, no entanto, a necessidade de consulta à população diretamente afetada pelo empreendimento.

DIREITO CIVIL

Questão 35

Luiza, uma jovem estudante de biologia, decide registrar seu objetivo de dispor do seu próprio corpo, para estudos científicos após sua morte. Com base na afirmativa, assinale a alternativa correta.

- A) Luiza poderá dispor do seu corpo gratuitamente ou com objetivo de auferir vantagem financeira.
- B) Luiza não poderá dispor do seu corpo em parte, pois a disposição só poderá ser feita no todo.
- C) Após o registro de sua intenção de dispor do próprio corpo, Luiza poderá revogá-la em até seis meses.
- D) O ato de disposição poderá ser livremente revogado a qualquer tempo, não se exigindo qualquer formalidade específica e nem motivação.

Questão 36

José, mediante negócio jurídico, se obrigou a entregar duas vacas a Zelma, ajustando o preço e o lugar da entrega. Contudo, antes da tradição, José descobriu que uma das vacas estava prenhe. José entrou em contato com Zelma, exigindo aumento no preço, tendo em vista o acréscimo ocorrido. Diante do caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- A) José não poderá exigir aumento no preço, pois o negócio jurídico já havia sido concluído, não sendo necessária a tradição para confirmação do negócio.
- B) Os frutos percebidos e pendentes pertencem ao credor, portanto, José não poderá exigir aumento no preço.
- C) Até a tradição as vacas pertencem a José, assim, este poderá exigir aumento no preço. Ainda, em caso de recusa de Zelma, poderá José resolver a obrigação.
- D) Os frutos percebidos e pendentes pertencem ao devedor, assim, se a vaca ficasse prenhe após a tradição, o filhote pertenceria a José.

Questão 37

Tiago, voltando de uma festa à noite, ao passar em frente a um prédio, escutou uma criança pedindo socorro. Tentou chamar alguém na portaria, mas não foi atendido. Desesperado, arrombou o portão do prédio para ir até o apartamento. Ao chegar no apartamento, Tiago também arrombou a porta e entrou para salvar a criança, que estava sozinha e tendo uma crise de asma. Posteriormente, Tiago foi acionado pelo condomínio, para que arcasse com as despesas do arrombamento do portão do prédio. Nesse caso,

- A) Tiago responde objetivamente perante o condomínio, mas sua responsabilidade deve ser excluída diante do evidente exercício regular de um direito.
- B) O estado de necessidade da criança exclui a

responsabilidade subjetiva de Tiago, afastando do condomínio o direito à indenização, que deve ser buscado em face dos responsáveis da criança.

- C) Como o condomínio não é responsável pelo perigo, poderá cobrar indenização de Tiago. Este, por sua vez, terá direito a ação regressiva contra quem causou o perigo, mas deve identificá-lo previamente.
- D) A força maior é excludente da responsabilidade de Tiago, que, apesar de não ser subjetiva, mas objetiva, obsta o dever de indenizar em face do condomínio.

Questão 38

Carlos e Pedro firmaram contrato de compra e venda, no qual este adquiriu um imóvel localizado no Rio de Janeiro. Alguns meses após a entrega do imóvel, Pedro deixou de cumprir com o pagamento das parcelas. Com base no caso, assinale a alternativa correta.

- A) A resolução do contrato tem efeito retroativo e caso ocorra por inadimplemento de uma das partes, esta responderá não só pela restituição das partes ao *status quo*, mas também as eventuais perdas e danos
- B) A resilição unilateral, chamada de distrato, deverá ser feita da mesma forma exigida para o contrato.
- C) A exceção de contrato não cumprido, significa que ambos os contratantes podem exigir o cumprimento da obrigação do outro, mesmo antes de cumprida sua parte.
- D) Em caso de onerosidade excessiva, resta à parte lesada apenas a resolução do contrato.

Questão 39

Márcia e Felipe firmaram contrato de comodato, no qual Felipe poderia permanecer no imóvel de Márcia durante um ano. Após o prazo combinado, Márcia pediu que Felipe se retirasse do imóvel, o que foi imediatamente recusado por ele. Sobre a posse de Felipe, assinale a alternativa correta.

- A) A posse de boa-fé é aquela que não é violenta, clandestina ou precária. Portanto, a posse de Felipe é de má-fé.
- B) A posse injusta é aquela que o possuidor ignora vício, ou obstáculo que impede a aquisição da coisa. Portanto, a posse de Felipe é injusta.
- C) A posse injusta é aquela que é violenta, clandestina ou precária. A posse de Felipe é injusta, porque adquirida com abuso de confiança.
- D) A posse injusta é aquela que é violenta, clandestina ou precária. A posse de Felipe é injusta, tendo em vista ter sido adquirida com violência.

Questão 40

Gilson, dono de vasto patrimônio, casado com Ana no regime de comunhão parcial de bens, ambos pais de Mateus e Lucas, veio a falecer em um acidente de helicóptero. Antes de concluir o inventário de Gilson, Ana se casou com Rogério. Lucas, estava interessado em um imóvel pertencente a Ana, que ela herdou de seus avós. Então, Lucas e Ana firmaram contrato de compra e venda

do referido imóvel, com o consentimento de Mateus, mas sem o consentimento expresso de Rogério. Com base no caso, assinale a afirmativa correta.

- A) Ana não pode vender o imóvel a Lucas, visto que é expressamente proibida pelo Código Civil a venda de ascendente a descendente.
- B) A venda é anulável, pois necessário o expresso consentimento de Rogério, cônjuge de Ana.
- C) O contrato de compra e venda do imóvel pode ser concluído, pois feito com a concordância de Mateus, o outro descendente.
- D) O contrato é nulo, tendo em vista que o inventário ainda não foi concluído, sendo que o imóvel em questão ainda não foi partilhado, não podendo ser vendido.

Questão 41

Beatriz, famosa *youtuber* com 16 anos, descobre que tem uma doença rara e muito agressiva. Ela decide fazer testamento público, para dispor de seus bens, deixando toda sua parte disponível a seu namorado, William, também *youtuber*, de 17 anos. Com base na alternativa, assinale a alternativa correta.

- A) Se Beatriz for analfabeta, só pode fazer o testamento na forma particular, designando alguém para escrevê-lo a rogo.
- B) O testamento de Beatriz é inválido, tendo em vista que possui apenas 16 anos, sendo relativamente incapaz.
- C) O testamento de Beatriz poderá ser mudado a qualquer tempo e ela pode revogá-lo, no todo ou em parte, por testamento particular.
- D) O testamento de Beatriz é válido, desde que seus pais tenham assistido ao ato.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 42

Paulo e Mayra, pais de 3 filhos, pretendem deixá-los com amigos e familiares para que possam realizar pequenas férias para comemorar as bodas de estanho, pelos 10 anos de casamento.

Para tanto, Daniel, 9 anos, viajará desacompanhado para a comarca contígua a de sua residência, na mesma região metropolitana, enquanto Daniela, 10 anos, e Danilo, 12 anos, irão sozinho para a Foz do Iguaçu/PR, que está há 600 Km, aproximadamente, de Curitiba/PR onde a família vive.

Ao buscarem orientação jurídica, foram informados de que necessitará/rão de autorização para viajar:

- A) somente Daniel;
- B) somente Daniela;
- C) somente Danilo;
- D) Daniel e Daniela;

Questão 43

Renata e Priscila vivem em união estável e decidem adotar uma criança. Para tanto, antes de se

encaminharem até o Juízo da Infância e da Juventude, buscam orientação jurídica sobre a habilitação de pretendentes à adoção prevista no ECA. Acertadamente, lhes é informado:

- A) um se habilita e, após a adoção, o outro ingressa com pedido de adoção unilateral;
- B) é vedada a adoção conjunta por pessoas que vivem em união homoafetiva;
- C) não poderão se habilitar, pois apenas os casados podem adotar conjuntamente;
- D) terão prioridade no cadastro, caso desejem adotar criança ou adolescente com deficiência ou doença crônica.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 44

Jenifer comprou uma blusa nova através de um aplicativo em seu celular de uma grande loja multimarcas. Este produto chegou ao seu endereço no dia 25/02/2019. Contudo, Jenifer simplesmente não gostou da cor do adereço.

Ao entrar em contato com o chat da loja, Jenifer foi informada de que o produto apenas poderia ser trocado em caso de vício. Considerando esta situação hipotética e na qualidade de advogado de Jenifer, responda ao item que corresponde à correta interpretação do CDC:

- A) Jenifer apenas poderá trocar o produto em caso de vício na qualidade e acaso o fornecedor não o sane no prazo de 30 (trinta) dias.
- B) Por se tratar de uma compra feita a domicílio, Jenifer não poderá trocar o produto, uma vez que não se aplica ao caso o CDC.
- C) Jenifer poderá devolver o produto independentemente de qualquer justificativa no prazo de 7 (sete) dias a contar do recebimento do produto.
- D) Jenifer poderá devolver o produto desde que apresente uma justificativa plausível dentro do prazo de 7 (sete) dias a contar do recebimento do produto.

Questão 45

Marinilda realizou uma série de compras com o seu cartão de crédito em uma grande loja de departamento de São Paulo/SP. A consumidora comprou bolsas, sapatos, brincos, blusas, saias e calças. A compra total girou em torno de R\$. 12.000,00 (doze mil reais).

Contudo Marinilda, foi demitida de seu emprego, o que lhe causou enorme dificuldade financeira para arcar com a fatura do cartão de crédito. Sem conseguir pagar sequer um centavo na data do vencimento, Marinilda foi surpreendida com uma notificação do SERASA dizendo que seu nome seria negativado. Com base nesta situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- A) Cabe à instituição que gerencia o cartão de crédito a notificação prévia a Marinilda antes de inscrever seu nome no cadastro de inadimplentes e não ao próprio SERASA.

- B) A notificação da devedora quanto à inscrição do seu nome em cadastro de inadimplentes exige aviso de recebimento para ser reconhecidamente válida.
- C) Acaso os bancos se utilizassem de um sistema de escore positivo da consumidora, seria necessária sua anuência expressa.
- D) O nome da consumidora poderá ficar inscrito no cadastro de inadimplentes até o prazo máximo de cinco anos, independentemente da prescrição da ação de execução.

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 46

O empresário individual Júlio Melgaço adquiriu da Metalúrgica Cotriguaçu Ltda., mediante o uso de sua firma, um estabelecimento industrial situado em Conquista d'Oeste. O adquirente prosseguiu com a exploração da empresa.

Com base nessa informação, assinale a afirmativa incorreta.

- A) O estabelecimento adquirido por Júlio Melgaço da Metalúrgica Cotriguaçu Ltda., em Conquista d'Oeste, pode ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, compatíveis com a sua natureza.
- B) Se não restarem bens suficientes para a Metalúrgica Cotriguaçu Ltda. solver seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em 30 dias a partir de sua notificação.
- C) O trespasse do estabelecimento de Conquista d'Oeste importa a sub-rogação de Júlio Melgaço nos contratos estipulados para sua exploração, se não tiverem caráter pessoal, salvo disposição contratual em contrário.
- D) Júlio Melgaço responde solidariamente com a Metalúrgica Cotriguaçu Ltda. pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido pelo prazo de 1 ano a partir da publicação do contrato de trespasse na imprensa oficial.

Questão 47

A partir da previsão contida no art. 1.143 do Código Civil, segundo o qual "pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza", é possível afirmar que tal instituto tem natureza de:

- A) comunhão ou universalidade de direitos;
- B) universalidade de fato;
- C) patrimônio de afetação;
- D) pessoa natural;

Questão 48

Daniel Rickson, proprietário da firma individual Rickson Relógios, empresário individual já conhecido no Distrito Federal, visando à ampliação do seu negócio, associou-se à Amanda Nunes, sua conhecida, para abrirem uma loja

em famoso shopping na capital federal. Juntos, elaboraram o contrato social da Relojoaria R&A LTDA. e solicitaram à Junta Comercial do Distrito Federal (JCDF) o seu registro. A JCDF negou o registro, alegando que Amanda Nunes estaria sendo processada criminalmente por peculato e não poderia constar como sócia do empreendimento.

Considerando a situação hipotética acima e as normas que regem o nome e o registro comercial, assinale a afirmativa correta.

- A) A JCDF, diversamente das outras juntas nos entes federados, é subordinada administrativa e tecnicamente ao DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração.
- B) Ao negar o registro do contrato social, a JCDF agiu de acordo com a Lei de Registro Público de Empresas Mercantis e atividades afins.
- C) Relojoaria R&A LTDA. é nome empresarial da espécie denominação, PIS as sociedades limitadas não admitem outra natureza de nome.
- D) Caso preferissem, Daniel Rickson e Amanda Nunes poderiam ter optado por constituir uma empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI.

Questão 49

A respeito da insolvência como pressuposto da falência, considerado o magistério doutrinário acolhido por nossa Corte da Cidadania, além da disciplina da nº Lei 11.101/2005, assinale a afirmativa correta.

- A) Adotou, a Lei nº 11.101/2005, o sistema da insolvência econômica como pressuposto da falência, rompendo com o tradicional paradigma da insolvência jurídica;
- B) O sistema de execução por concurso universal decorrente da denominada insolvência civil adota como marco para decretação da insolvência a denominada insolvência jurídica, não a insolvência econômica;
- C) Configuradas as hipóteses previstas na Lei nº 11.101/2005 como geradoras da falência, esta não pode ser obstada pela alegação do devedor de que tem sólida situação financeira;
- D) O depósito elisivo da falência, se regular, gera a extinção do processo.

Questão 50

As alternativas a seguir apresentam figuras que estão proibidas de exercer a atividade empresarial, à exceção de uma.

Assinale-a.

- A) O falido que, mesmo não tendo sido condenado por crime falimentar, não foi reabilitado por sentença que extingue suas obrigações.
- B) O magistrado e membro do MP.
- C) O militar da ativa.
- D) A mulher casada pelo regime da comunhão universal de bens, se ausente a autorização marital para o exercício de atividade empresarial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

Ivan Marques ajuizou ação de cobrança contra Cristiano Rodrigues. O réu, na sua peça de defesa, alegou a prescrição e que já havia efetuado o pagamento do montante devido. Em sentença, o juízo acolheu a prescrição e, em face disso, não examinou a outra tese defensiva do réu. Na hipótese de o tribunal, em sede de recurso, reconhecer que a dívida não estava prescrita

- A) poderá acolher a outra tese de defesa não apreciada pelo juízo *a quo*. Para tanto, o réu deverá interpor incidente de assunção de competência.
- B) poderá acolher a tese do pagamento trazida pelo réu e não apreciada pelo juízo *a quo*, caso se trate de causa madura.
- C) deverá anular o processo e remeter os autos para juízo *a quo* para exame da outra tese defensiva, sob pena de supressão de instância.
- D) não poderá acolher a tese do pagamento, dada a adstrição do tribunal à matéria recorrida.

Questão 52

Rodrigo Martins move uma ação contra Priscila Ferreira pleiteando indenização por quebra contratual. Na petição inicial, Rodrigo requer a gratuidade de justiça, sob alegação de hipossuficiência e de não possuir condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família. Ao efetuar a admissibilidade da demanda o juízo concede o requerimento. Em preliminar de contestação, Priscila insurge-se contra o benefício concedido. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- A) Rodrigo Martins incorreu em vício de natureza processual ao não requerer o benefício em petição autônoma, instruída com os documentos que comprovem a insuficiência de recursos.
- B) se o juízo revogar a concessão do benefício, Rodrigo poderá agravar de instrumento no prazo de 15 dias úteis.
- C) o benefício concedido compreende multas impostas ao beneficiário em razão do cometimento de atos caracterizadores de litigância de má-fé.
- D) a concessão do benefício isenta Rodrigo da obrigação de pagar os honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

Questão 53

Renato Borelli propõe uma ação de cobrança contra Jean Vilbert. Após o trâmite do procedimento em contraditório é finalmente julgada procedente. Em sentença, Jean é condenado a pagar honorários sucumbenciais ao advogado de Renato. Quanto às regras que permeiam os honorários advocatícios, assinale a alternativa correta.

- A) Serão devidos honorários na reconvenção, no cumprimento definitivo de sentença, na execução resistida e nos recursos, não se aplicando ao

cumprimento provisório de sentença e às execuções não resistidas.

- B) Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de quinze por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- C) O percentual a ser aplicado à título de honorários advocatícios variará de acordo com o grau de zelo profissional, o local da prestação de serviços, a natureza e importância da causa e o trabalho realizado e o tempo e serviço exigido.
- D) Serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório mesmo quando não tenha sido impugnada.

Questão 54

Rosenval Jr., advogado da parte autora, em ação de indenização por danos decorrentes de acidente automobilístico obteve uma decisão liminar em agravo de instrumento em curso perante o Tribunal de Justiça para que a parte ré seja obrigada a pagar valores necessários para a sua subsistência, uma vez que o acidente ocasionou a perda da capacidade laboral. Tal medida liminar deve ser cumprida por intermédio de carta:

- A) de ordem, dirigida ao juízo de origem onde tramita o feito principal.
- B) rogatória, por livre distribuição no local onde a medida deve ser cumprida.
- C) de cumprimento, por livre distribuição na Comarca onde tramita o feito principal.
- D) precatória, dirigida ao juízo de origem onde tramita o feito principal.

Questão 55

Em uma ação de cobrança, baseada em título extrajudicial, movida por Priscila Ferreira contra Paulo Sousa, o juízo, em decisão fundamentada, decidiu pela inversão do ônus da prova, uma vez que verificou a maior facilidade de obtenção de prova por parte de Paulo Sousa. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- A) O juiz não precisará dar à Paulo a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído, uma vez que a decisão de inversão do ônus da prova foi devidamente fundamentada.
- B) A inversão do ônus da prova pode ocorrer por convenção entre Paulo e Priscila, exceto em caso de direito indisponível ou caso se torne excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.
- C) Eventual negócio jurídico entre Paulo e Priscila com redistribuição do ônus da prova apenas poderá ser celebrada antes do processo.
- D) Da decisão do juízo pela inversão do ônus da prova, Paulo não poderá recorrer por falta de previsão legal.

Questão 56

Ao acolher pedido de concessão de medicamento contra o Estado do Paraná, o juiz, em tópico autônomo da

sentença, deferiu a tutela antecipada requerida na petição inicial, para determinar a imediata concessão do medicamento Xenazine em favor do demandante. Esse capítulo do ato decisório é:

- A) impugnável em apelação.
- B) impugnável em agravo de instrumento.
- C) impugnável em recurso extraordinário.
- D) impugnável em agravo interno.

Questão 57

Lívia propõe ação de execução com espeque em título executivo extrajudicial contra Marcella. Após todos os tramites processuais, o juiz entende não se tratar de título executivo extrajudicial. Segundo o CPC, não constitui título executivo:

- A) a certidão de Dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.
- B) o contrato de seguro de vida, no caso de óbito.
- C) o documento particular, desde que assinado pelo devedor e por uma testemunha.
- D) o crédito referente a contribuições de condomínio edilício, previstas na convenção ou aprovadas em assembleia, desde documentalmente comprovados.

DIREITO PENAL

Questão 58

Pedro, querendo matar Maria e seu marido Paulo, coloca o casal dentro do porta-malas de um veículo. Após, se afasta e ateia fogo no automóvel, vindo a provocar a morte de ambos.

Atento ao caso, responda:

- A) Pedro deverá responder por dois homicídios qualificados consumados, em concurso formal, motivo pelo qual deve ser aplicado o sistema da exasperação.
- B) Pedro deverá responder por dois homicídios qualificados consumados, em concurso formal impróprio, motivo pelo qual deve ser aplicado o sistema do cúmulo material.
- C) Pedro deverá responder por dois homicídios qualificados consumados, em concurso material, motivo pelo qual deve ser aplicado o sistema da exasperação.
- D) Pedro deverá responder por dois homicídios qualificados consumados, em concurso material, motivo pelo qual deve ser aplicado o sistema do cúmulo material.

Questão 59

José praticou determinado delito no dia 10.01.2016, quando a pena prevista para tal delito era de 01 a 04 anos de reclusão e multa. Devidamente denunciado, José passou a responder ao processo criminal pela prática do referido delito. No decorrer do processo, houve alteração legislativa, tendo a lei nova passado a estabelecer nova pena ao delito, sendo esta de 02 a 05 anos de reclusão, sem previsão de multa.

Neste caso, é correto afirmar que:

- A) O Juiz, na sentença, não poderá mesclar as duas normas, devendo aplicar a lei que seja, no todo, mais benéfica ao agente.
- B) O Juiz, na sentença, poderá mesclar as duas normas, devendo aplicar a José a pena de 01 a 04 anos de reclusão, prevista na lei anterior, sem multa, previsão da lei atual.
- C) O Juiz, na sentença, poderá mesclar as duas normas, desde que haja pedido exposto da defesa.
- D) O Juiz, na sentença, poderá mesclar as duas normas, salvo se a defesa expressamente se manifestar pela aplicação integral da norma revogada.

Questão 60

José, dono de uma boate, se revolta com Carlos, frequentador do estabelecimento. O motivo da revolta é o fato de que Carlos esteve na boate recentemente e não pagou a conta relativa ao seu consumo, bem como quebrou alguns objetos no interior da boate, fato este comprovado pelas câmeras de segurança. Para se vingar, José aborda Marcelo, motorista de Carlos, e propõe que este dolosamente danifique o veículo do patrão, em troca do pagamento de R\$ 500,00. Marcelo, contudo, não aceita a proposta. José, então ameaça Marcelo, afirmando que se não fizer por bem, o fará por mal, afirmando ainda que matará a filha e a esposa de Marcelo. Aterrorizado, Marcelo cede à pressão de José (cuja alcunha é "Zezinho dedo nervoso") e, em determinado dia, quebra os vidros do carro do patrão, bem como arranha a lataria e fura os pneus do veículo. Neste caso, é correto afirmar que:

- A) José e Marcelo agiram em concurso de agentes.
- B) José é autor mediato do crime de dano praticado.
- C) Marcelo não responderá pelo fato praticado, em razão da ausência de conduta penalmente relevante, dada a coação física irresistível.
- D) José é considerado partícipe, enquanto Marcelo é autor do delito.

Questão 61

Paulo e Ricardo, primários, entram em determinado supermercado e, em conluio, subtraem 05 caixas de lâminas "refil" de aparelho de barbear, avaliadas em R\$ 49,00 cada uma, totalizando um prejuízo de R\$ 245,00. Ao saírem do estabelecimento, deixam cair no chão um dos produtos subtraídos. O segurança percebe, então, a ação criminoso e os persegue, conseguindo capturar Paulo e recuperar toda a *res furtiva*, embora Ricardo tenha conseguido fugir.

Neste caso, é correto afirmar que:

- A) Paulo e Ricardo devem responder pelo crime de furto qualificado consumado, com aplicação do privilégio previsto no art. 155, §2º do CP.
- B) Paulo e Ricardo devem responder pelo crime de furto qualificado tentado, com aplicação do privilégio previsto no art. 155, §2º do CP.

C) Paulo e Ricardo devem responder pelo crime de furto qualificado consumado, mas não será possível a aplicação do privilégio previsto no art. 155, §2º do CP, por se tratar de furto qualificado.

D) Paulo e Ricardo devem responder pelo crime de furto qualificado tentado, mas não será possível a aplicação do privilégio previsto no art. 155, §2º do CP, por se tratar de furto qualificado.

Questão 62

Júnior e Ricardo decidem praticar um crime de furto a uma residência. No dia acordado, ambos comparecem ao local e dão início à subtração. Em dado momento, os moradores, que estavam de férias, regressam à residência e encontram ambos apanhando os pertences do local. Assustados, Júnior e Ricardo fogem, mas são perseguidos pela Polícia, que havia sido acionada pelo dono da casa. Com medo de perderem os bens subtraídos, ambos se dirigem à casa de José, pai de Júnior, a quem contam o ocorrido e pedem que guarde os bens subtraídos até que tudo se acalme. José aceita guardar temporariamente os bens furtados, o que o faz. Uma semana depois, Júnior e Ricardo vão até a casa de José e pegam de volta aquilo que lá haviam deixado. Neste caso, é correto afirmar que:

A) Ricardo, Júnior e José responderão pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes.

B) Ricardo e Júnior responderão pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes, e José responderá pelo crime de receptação.

C) Ricardo e Júnior responderão pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes, e José responderá pelo crime de favorecimento real, sendo, todavia, isento de pena.

D) Ricardo e Júnior responderão pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes, e José responderá pelo crime de favorecimento real, sem causa pessoal de isenção de pena.

Questão 63

Pedro, dono de um restaurante, recebe a visita de José, fiscal da vigilância sanitária. José, ao final da inspeção, informa a Pedro que o restaurante tem diversas infrações graves, e que terá que interditar o estabelecimento. Pedro, então, promete a José R\$ 5.000,00 para que este não interdite o estabelecimento. José aceita a oferta, e não fecha o estabelecimento. Todavia, Pedro não honra a promessa e não paga o que havia prometido. Neste caso, é correto afirmar que:

A) Pedro praticou o crime de corrupção ativa consumada, enquanto José praticou o crime de corrupção passiva tentada.

B) Pedro praticou o crime de corrupção ativa consumada, enquanto José praticou o crime de corrupção passiva, consumada no momento em que deixou de cumprir seu dever de interditar o restaurante.

C) Pedro praticou o crime de corrupção ativa consumada, enquanto José praticou o crime de corrupção passiva,

consumada no momento em que aceitou a promessa de vantagem indevida.

D) Pedro praticou o crime de corrupção ativa tentada, enquanto José praticou o crime de corrupção passiva, consumada no momento em que aceitou a promessa de vantagem indevida.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 64

Miguel, agindo dolosamente, aplica um golpe na praça de R\$ 250.000,00. Ele emitiu cheques sem provisão de fundos com o intuito de obtenção de vantagem patrimonial ilícita, fazendo várias vítimas em sua cidade. Ao ser processado criminalmente, ele procura seu escritório de advocacia em busca de orientação jurídica. Qual das teses abaixo deverá ser utilizada na defesa dele:

A) Legítima defesa patrimonial, excluindo a ilicitude de sua conduta, absolvendo propriamente o acusado.

B) No caso da emissão de cheque sem suficiente provisão de fundos, a reparação do dano até o recebimento da denúncia extingue a punibilidade do agente, o que acarreta a absolvição sumária do agente.

C) No caso da emissão de cheque sem suficiente provisão de fundos, a reparação do dano até o recebimento da denúncia reduzirá a pena em 1/6.

D) Estado de necessidade patrimonial, excluindo a culpabilidade de sua conduta e absolvendo sumariamente o agente.

Questão 65

Adriana foi presa em flagrante ao subtrair 7 reais de uma lanchonete. Ela aproveitou a distração do rapaz do caixa para subtrair as moedas doadas para institutos de caridade. As imagens do circuito interno de segurança captaram toda a ação. Por força da questão patrimonial, o primeiro juiz a tomar ciência do fato por o magistrado da 1.ª Vara Cível. Por força da prevenção, passou a tomar decisões na área penal. Sobre o tema competência, responda:

A) as decisões do Juiz da Vara Cível a respeito do processo criminal de furto serão anuláveis se alegadas na primeira oportunidade.

B) as decisões do Juiz da Vara Cível a respeito do processo criminal de furto serão nulas de pleno direito e não se convalidam com o passar do tempo.

C) as decisões do Juiz da Vara Cível a respeito do processo criminal de furto serão válidas pois o juiz pode deter a dupla competência no caso concreto.

D) Por força da insignificância da subtração, nenhum juízo poderá proferir nenhuma decisão.

Questão 66

Helena, no ano de 2008, foi presa em flagrante, processada e condenada pelo crime de adultério, que até então estava em vigor. No momento em que já estava cumprindo a pena em regime fechado, foi surpreendida

com a *abolitio criminis* do adultério. Valendo-se dos critérios de competência e do cabimento dos recursos em espécie, responda a alternativa correta:

- A) Helena deverá elaborar simples petição para o juiz que a condenou pedindo a extinção da punibilidade.
- B) Helena deverá elaborar revisão criminal para o Tribunal, já que a decisão condenatória transitou em julgado.
- C) Helena deverá elaborar simples petição para o juiz da Vara das Execuções Criminais, responsável por seu processo de execução.
- D) Helena deverá elaborar agravo em execução para o Tribunal, buscando a extinção da punibilidade pela *abolitio criminis*.

Questão 67

Tinoco estava conduzindo sua motocicleta todo feliz, pois acabara de ser tio. Ficou tão feliz que começou a olhar e admirar a beleza do poente. Infelizmente, por conta de sua distração, o veículo atinge 150 quilômetros por hora, sobe na calçada da Rua 25 de Março e mata 12 pessoas. Diante desse quadro, indique a alternativa correta:

- A) o juízo competente será o da Vara Criminal comum.
- B) o juízo competente será o do Juizado Especial Criminal.
- C) o juízo competente será o da Vara dos crimes do trânsito.
- D) o juízo competente será o da Vara do Júri.

Questão 68

Rebeca acaba diante de uma agressão injustificada contra a sua pessoa. Para proteger sua integridade física, pega um pé-de-cabra que está ao seu lado e arrebenta a cara do agressor. Após estar caído, Rebeca troca o pé-de-cabra por um machado e, antes de matar o agressor caído, este acorda e dispara contra Rebeca, que vem a falecer. Em relação ao pedido que deva ser feito em resposta à acusação, responda:

- A) absolvição sumária por excludente de tipicidade.
- B) absolvição sumária por excludente de ilicitude.
- C) absolvição sumária por excludente de culpabilidade.
- D) absolvição sumária por excludente de punibilidade.

Questão 69

Pedrinho, sentindo muita fome, quase a ponto de morrer, aproveita a situação e escolhe o melhor restaurante da cidade para entrar e subtrair 30 kilos de carne de javali para fazer um churrasco. Ao ser preso em flagrante, começa a gritar: "FURTO FAMÉLICO – FURTO FAMÉLICO". Ciente de que a pena em abstrato do furto é de reclusão de 1 a 4 anos, responda:

- A) O rito a ser seguido para apurar o delito é o comum ordinário.
- B) O rito a ser seguido para apurar o delito é o especial sumaríssimo.
- C) O rito a ser seguido para apurar o delito é o comum

sumário.

- D) O delito não será apurado pela excludente de ilicitude.

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

Sandrinha do Pop, nascida em 01/03/1959, foi contratada, juntamente com seu marido, Feitosa, nascido em 07/01/1958, para trabalhar na empresa Zigma. Sandrinha ocupava o cargo de Gerente Comercial e Feitosa, o cargo de Vendedor, estando subordinado à sua esposa. Sandrinha e Feitosa programaram uma viagem de férias de 30 dias, prevista para dezembro, e solicitaram ao departamento de recursos humanos a concessão das férias nesse período. O departamento de recursos humanos da empresa negou o pedido de férias, sob o fundamento de que as férias conjuntas prejudicariam a área comercial, em razão da ausência de dois empregados e do aumento das vendas no mês de dezembro. Em função disso, a empresa Zigma determinou que Sandrinha do Pop e Feitosa usufruíssem as férias em três períodos, sendo o primeiro de 15 dias, o segundo de 10 dias e o último de 5 dias. Diante do exposto,

- A) a empresa não pode negar o pedido de concessão de férias, uma vez que os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem.
- B) a empresa não pode negar o pedido de concessão de férias, porque compete aos empregados escolher a época que melhor consulte seus interesses para descansar.
- C) o fracionamento da concessão das férias de Sandrinha do Pop e Feitosa depende da concordância dos empregados.
- D) aos maiores de 50 anos de idade, como Sandrinha do Pop e Feitosa, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

Questão 71

Rubão Souza Cruz é atendente na Academia "Fortes de Guerra" S/A, desde novembro de 2017, sendo que em dezembro de 2018, teve ciência que as suas férias seriam agendadas para serem gozadas em março de 2019. Nesta situação, visando planejar melhor as suas férias, o empregado opta por requerer ao seu empregador o adiantamento de seu 13º salário. No tocante aos aspectos legais 13º salário, assinale a alternativa correta:

- A) O décimo terceiro salário é um direito assegurado aos empregados urbanos, rurais, domésticos e não aos trabalhadores avulsos.
- B) O décimo terceiro salário será pago entre os meses de fevereiro e outubro de cada ano.
- C) O empregador estará obrigado a pagar o adiantamento referente ao 13º salário, no mesmo mês, a todos os seus empregados.
- D) O adiantamento será pago ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de

janeiro do correspondente ano.

Questão 72

Carlos é empregado da empresa DCD Ltda. Ele recebe adicional de periculosidade em razão da atividade desenvolvida na empresa. Exatamente em razão desta atividade, Carlos também é remunerado pelas horas que permanece de sobreaviso em sua residência, porém, na remuneração destas horas de sobreaviso a empresa paga sem a integração do adicional de periculosidade. Neste caso, de acordo com o entendimento Sumulado do TST, a empresa empregadora efetua o pagamento de forma

- A) incorreta se as horas de sobreaviso ultrapassam dez horas durante um mês, uma vez que, somente neste caso, haverá integração do adicional de periculosidade sobre as horas de sobreaviso.
- B) incorreta uma vez que a integração do adicional de periculosidade sobre as horas de sobreaviso é sempre devido, em razão da atividade desenvolvida pelo empregado.
- C) incorreta se as horas de sobreaviso ultrapassam quinze horas durante um mês, uma vez que, somente neste caso, haverá integração do adicional de periculosidade sobre as horas de sobreaviso.
- D) correta uma vez que Carlos não se encontra em condições de risco, razão pela qual é incabível a integração do adicional de periculosidade sobre as horas de sobreaviso.

Questão 73

Igor Maciel é motorista na empresa "Vida leve" Ltda. há dois anos, quando foi surpreendido pela perda de sua CNH (carteira nacional de habilitação). O empregado acredita que a tenha perdido durante um descarregamento de objetos que se encontravam no caminhão da empresa. Nesta situação, considerando as expressas disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a perda da carteira nacional de habilitação, por conduta culposa do motorista empregado,

- A) faculta ao empregador a despedida por justa causa.
- B) poderá autorizar a dispensa por justa causa, se houver previsão contratual.
- C) impõe a extinção automática do contrato de trabalho.
- D) não é motivo para a dispensa por justa causa.

Questão 74

Na Indústria Farmacêutica, "Qualidade Certa" Ltda., se estabeleceu a seguinte situação entre os seus empregados: Lori que é empregada no setor de vendas, revela ao seu empregador que se encontra em estado gravídico; Marrento, que atua no setor de faturamento, foi eleito suplente de dirigente sindical; Rosalina, que atua no setor fabril, foi indicada como representante do empregador na CIPA.

Considerando os ditames legais, é correto afirmar que:

- A) todos os empregados terão estabilidade, por motivos variados;
- B) somente Lori e Marrento terão garantia no emprego;
- C) Marrento não terá garantia no emprego por ser suplente, já que a Lei garante estabilidade somente ao titular;
- D) todos os membros que integram a CIPA possuem estabilidade durante todo o mandato e até 1 ano após.

Questão 75

Maria do Carmo era balconista da loja "Amor e Alegria" Ltda., quando foi dispensada sem justa causa. Após sete dias, pediu ao seu empregador a liberação do cumprimento de seu aviso prévio, pois já havia obtido novo emprego, comprovando sua alegação com uma declaração do novo empregador informando que a mesma havia sido aprovada em processo seletivo e deveria comparecer ao serviço no dia seguinte munida de sua CTPS e documentos pertinentes para o imediato registro. Diante do narrado, o proprietário da loja "Amor e Alegria" deverá

- A) pagar as verbas rescisórias com a integração do período do aviso prévio integral, uma vez que se trata de instituto irrenunciável pelo trabalhador.
- B) deixar de pagar nas verbas rescisórias da empregada qualquer valor a título de aviso prévio, operando-se a renúncia do mesmo quando da comprovação de novo emprego.
- C) pagar as verbas rescisórias de Maria do Carmo, excluindo o valor equivalente aos dias faltantes do prazo do aviso prévio.
- D) descontar das verbas rescisórias de Maria do Carmo o período do aviso prévio que deixou de ser cumprido pela mesma, ocasionando prejuízos à loja.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão 76

Anjinha ajuizou reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora, mas não compareceu à audiência UNA designada, acarretando o arquivamento da ação. O juiz deferiu-lhe os benefícios da justiça gratuita, mas condenou-a ao pagamento de custas processuais calculadas na forma da lei. Se Anjinha tiver a intenção de ajuizar nova reclamação

- A) deverá comprovar o pagamento das custas processuais da ação arquivada, uma vez que não se permite a justificativa de sua ausência, tratando-se de ato irreparável.
- B) não precisará comprovar o pagamento das custas processuais da ação arquivada, uma vez que é beneficiária da justiça gratuita, sendo sua única finalidade a perda, pelo prazo de 6 meses do direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho.
- C) deverá comprovar o pagamento das custas processuais da ação arquivada ou comprovar em quinze dias do arquivamento que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável, requerendo sua isenção do

pagamento.

D) poderá ingressar novamente com reclamação, requerendo, preliminarmente, que o juiz isente-a do pagamento das custas processuais da ação arquivada, independente da ausência ter ocorrido por motivo legalmente justificável.

Questão 77

O Juiz da Vara do Trabalho de Gramado agendou uma audiência para o dia 16 de fevereiro de 2019 às 15h30. Manu, reclamante na ação trabalhista, e a empresa "Gotas de Amor" S.A., em face de quem Manu ingressou com o pleito, compareceram à audiência com seus respectivos advogados no horário agendado. O juiz, por sua vez, somente chegou à audiência na referida data às 16h. Assinale a alternativa que apresenta como as partes devem proceder nessa situação, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A) Ao Juiz é permitido chegar a qualquer tempo, considerando ser o mesmo quem irá presidir a audiência, devendo as partes aguardar sua chegada.

B) Se o Juiz não houver comparecido até 20 (vinte) minutos após a hora marcada, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.

C) Se o Juiz comparecer à audiência com até 30 (trinta) minutos de atraso após a hora marcada, as partes têm o dever de estarem aguardando o juiz para o início da audiência, devendo o atraso constar do livro de registro das audiências.

D) Se o Juiz não houver comparecido até 15 (quinze) minutos após a hora marcada, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências.

Questão 78

Em uma situação hipotética, Júlio Santos, residente e domiciliado na cidade de Bauru/SP, foi contratado pela empresa Mach Tech Ltda., com sede na cidade de São Paulo, para trabalhar como vendedor viajante, nas cidades de Botucatu/SP, São Manuel/SP, Lençóis Paulista/SP e Agudos/SP. Júlio estava subordinado à filial da empresa Mach Tech Ltda., localizada na cidade de Campinas/SP, reportando-se ao Gerente de Vendas, por meio de relatórios de atividades. Em fevereiro de 2018, Júlio Santos foi dispensado sem justa causa, sem que, no entanto, fossem quitadas as verbas rescisórias a que tinha direito, razão pela qual pretende ajuizar reclamação trabalhista em face da empresa Mach Tech Ltda.

A reclamação trabalhista deverá ser ajuizada na cidade de

A) Bauru/SP, porque é a localidade onde Júlio reside.

B) São Paulo/SP, porque é onde está localizada a sede da empresa.

C) Campinas/SP, porque Júlio está subordinado à filial ali localizada.

D) Bauru/SP, São Paulo/SP, Botucatu/SP, São Manuel/SP, Lençóis Paulista/SP, Agudos/SP ou Campinas/SP, uma vez que compete ao empregado decidir qual localidade

melhor lhe convém, por tratar-se de foro optativo.

Questão 79

Corujinha, 17 anos de idade, laborava registrada para a empresa "Super Corujão", quando foi dispensada sem justa causa. Corujinha pretende ajuizar reclamação trabalhista. Neste caso, em regra, Corujinha

A) poderá ajuizar a reclamação, mas deverá ser assistida pelos seus representantes legais.

B) poderá ajuizar a reclamação, mas deverá ser assistida obrigatoriamente pela Procuradoria da Justiça do Trabalho.

C) poderá ajuizar a reclamação independentemente de assistência ou representação, necessitando apenas de um advogado constituído em razão da sua idade.

D) poderá ajuizar a reclamação independentemente de assistência ou representação, não sendo obrigatória a constituição de advogado em razão do princípio do *jus postulandi*.

Questão 80

Julie arrematou um terreno em leilão judicial pelo valor de R\$ 70.000,00. Julie depositou o sinal correto, mas após 2 dias da arrematação ela ainda não havia pago o preço da arrematação. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, Julie

A) terá direito a devolução do sinal, mas não poderá mais arrematar o mesmo bem em outro leilão.

B) terá direito a devolução do sinal, mas pagará multa administrativa no valor de um terço do valor dado a título de sinal.

C) ainda está no prazo legal para depositar o preço da arrematação que é de cinco dias.

D) perderá o sinal em benefício da execução.